

--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 04 DE JANEIRO DE 2011. -----

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Vice-presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira, Silvino José da Silva Lúcio e Marília de Oliveira Inácio Henriques, pela Coligação “Pelo Futuro da Nossa Terra”, o Sr. Vereador António Jorge de Oliveira Lopes e pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador José Elias Gabirro Fernandes. -----

--- Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Maria Irene Lameiro dos Santos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES-----

--- O Sr. Vice-presidente informou que o Sr. Presidente não estará presente na reunião, sendo substituído pela Sra. Vereadora Marília de Oliveira Inácio Henriques.-----

--- Solicitou a introdução da Proposta nº 02 / VP / 2011 na Ordem de Trabalhos.-----

--- A inclusão da Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----

--- Interveio o Sr. Vítor Alves referindo pretender entregar um abaixo-assinado para que a Câmara cumpra com o prometido, de arranjar um local de confraternização dos reformados de Aveiras de Cima. Lembrou que na reabilitação da Casa da Câmara, em Aveiras de Cima, esse espaço não foi contemplado, para benefício dos idosos da freguesia.-----

--- O Sr. Vice-presidente respondeu que o assunto não está esquecido, tanto mais que a Câmara está a estudar a alterações nas vertentes oferecidas na Casa da Câmara. Informou que a UAP – Unidade de Atendimento ao Público de Aveiras de Cima poderá mudar de local, uma vez que tem registado pouca afluência por parte da população.-----

--- Interveio o Sr. Carlos Brito relembrando que o funcionamento de uma delegação da Câmara em Aveiras de Cima foi também uma promessa. Entende que os serviços funcionam há relativamente pouco tempo. Lamenta que para se arranjar uma sala de convívio para a população tenha que se acabar com a delegação da Câmara. Lembrou que no mesmo edifício, está instalada a sede da Associação de Caçadores. -----

--- O Sr. Vice-presidente respondeu nunca ter afirmado que a Câmara iria encerrar a delegação de Aveiras de Cima. Disse sim que, a Câmara está a estudar a transferência dos serviços para outro local. Entende que a população não tem usufruído dos serviços que a Delegação presta, pelo que não atingiu as expectativas da Câmara. -----

--- Interveio o Sr. José Rodrigues de Almeida questionando se o balcão da Câmara em Aveiras de Cima vai acabar ou transferir-se para outro local. No seu entender o anonimato da prestação de serviços em Aveiras de Cima, tem que ver com o facto de não haver qualquer tipo de informação no exterior da Casa da Câmara. Lembrou a importância da divulgação dos actos e serviços da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, que entende ser de enorme importância. -----

--- O Sr. Vice-presidente respondeu que todas as freguesias são tratadas de igual forma no que toca à publicitação dos actos e serviços da Câmara. Os editais são enviados para as Juntas de Freguesia que devem proceder à sua afixação.-----

--- Interveio o Sr. Joaquim Duarte referindo que a população de Aveiras de Cima aguarda há 10 anos, que a Câmara trate do problema da sala de convívio. De todas as vezes que confrontou o

Sr. Vice-presidente, obteve como resposta que o assunto não estava esquecido e que estava a tratar da resolução do problema. Há 10 anos. -----

--- O Sr. Vice-presidente respondeu que todo o processo teve início com o Sr. Joaquim Duarte e com a Sra. Conceição Maurício. Admitiu que possa ter havido algum desleixo no tratamento do assunto, mas que a Câmara tudo fez para que fosse encontrada uma solução. Está agora a ser estudada nova hipótese na Casa da Câmara. -----

--- INTERVENÇÕES DOS SENHORES VEREADORES -----

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes, que sobre o ouviu anteriormente, referiu ser contraditório que a delegação da Câmara, saia da Casa da Câmara. Tem noção que a delegação tem pouca afluência da população, mas para isso sugere que a Câmara faça sair um comunicado, de preferência junto com os recibos de consumo de água, a divulgar o espaço junto da população das freguesias de Aveiras de Cima, Vale do Paraíso, Alcoentre, Manique do Intendente, Maçussa e Vila Nova de São Pedro, maiores interessados na utilização dos serviços. -----

--- Há 10 anos que se fazem sucessivas promessas para a resolução do problema, mas a questão de fundo, é o erro de base das obras que foram realizadas no Largo. As pessoas ficam à chuva e ao sol, não existe um espaço condigno onde se possam concentrar. -----

--- Questionou se, a Câmara se negou a transferir a sede do Grupo de Caçadores para o Mercado Diário de Aveiras de Cima, por comportar a importância de 80€/ mês. Quando em Azambuja comporta uma verba superior de apoio ao Grupo Columbófilo de Azambuja para apoio à colectividade. -----

--- A solução apresentada tem 3 componentes positivas: os idosos passam a ter um espaço no Largo da República, a Associação de Caçadores fica com uma sede e a Junta de Freguesia passa a ter um espaço ocupado no Mercado Diário, por um valor módico de 80€/ mês. -----

--- O Sr. Vice-presidente respondeu que é preocupação da Câmara arranjar um espaço para os idosos de Aveiras de Cima, é uma situação urgente. Houve contactos com a Junta de Freguesia para que a Associação de Caçadores pudesse ocupar um espaço no Mercado Diário, mas como já referiu, a Câmara está a estudar a melhor solução para o problema. -----

--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro congratulando-se com a intervenção do público na reunião, como forma de verem alguns dos seus problemas resolvidos. Sobre o problema em questão, lamentou a reformulação do Largo da República, uma vez que está pior do que há 40 anos, está vergonhoso. -----

--- O Sr. Vice-presidente lembrou as coisas positivas que a Câmara tem desenvolvido no Município, nem tudo é negativo como os Srs. Vereadores querem fazer crer. -----

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes lembrou que todos os que se encontram sentados naquela bancada estão a exercer funções autárquicas, conseqüentemente funções políticas e qualquer um, nas suas intervenções, mesmo quando se faz algum elogio, está a fazer política, sem que com isso sofram de "partidarite". -----

--- Solicitou esclarecimentos acerca da obra no ribeiro de Casais de Baixo e informou que durante a intervenção de alcatroamento, muitas caixas de esgoto estão a abater na Rua das Rosas. -----

--- Sobre as Piscinas de Azambuja, pretende saber se é possível a candidatura a fundos comunitários, uma vez que o edifício não é completamente propriedade da Câmara e quando entrou em vigor o Regulamento Comunitário para candidaturas de sustentabilidade energética. -

--- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira informou ter agendada uma reunião com a estrutura de apoio técnico da CIMLT, que tem como objectivo explorar o Regulamento do QREN, analisar a intervenção e avaliar a viabilidade de candidatura total ou parcial. -----

--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro dizendo ter tido conhecimento da realização de um debate numa rádio, acerca da Praça de Toiros, para o qual não foi convidado. Pretende fazer chegar a sua indignação a quem de direito, pelo que questionou quem foi a entidade promotora do debate.-----

--- O Sr. Vice-presidente respondeu que foi a Antena 1 que contactou a Câmara no sentido de convidar o Sr. Presidente. -----

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes lamentou a atitude da Antena 1, tendo na altura chamado a atenção da jornalista. Informou ter sido apenas contactado na tarde anterior à realização do programa. -----

--- O Sr. Vereador Marco Leal informou que na próxima sexta-feira, às 17h30m será lançado o livro de Sebastião Mateus Arenque, que se intitula “Confessório à moda antiga: memórias de outros tempos”. Convidou todos os presentes. -----

--- Informou ainda que no próximo sábado, irá realizar-se no pavilhão da Casa do Povo de Aveiras de Cima, o jogo de futsal, Olivais – Benfica, com transmissão televisiva na RTP 2. -----

--- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira prestou informação acerca dos Fundos Comunitários, durante o ano de 2010:-----

--- foram submetidas 14 candidaturas;-----

--- das 14, houve 3 desistências, que resultaram em novas submissões;-----

--- das 11 candidaturas em curso, 9 foram aprovadas, as restantes estão em aceitação; -----

--- das 9 candidaturas aprovadas, 5 têm contratos celebrados, as restantes estão a aguardar devido a questões burocráticas; -----

--- de uma forma geral, o investimento total proposto é de 9 milhões e 470 mil euros, o investimento elegível é de 8 milhões e 700 mil euros, dos quais já foram aprovados 7 milhões e 900 mil euros;-----

--- as áreas de intervenção são: intervenção em espaço urbano, educação, desporto e acessibilidades;-----

--- as freguesias abrangidas são: Vila Nova de São Pedro, Manique do Intendente e Maçussa (acessibilidades), Alcoentre (educação e desporto), Aveiras de Cima (educação), Azambuja (regeneração urbana e educação) e Vila Nova da Rainha (educação). -----

--- Estão previstas para 2011 as seguintes candidaturas: -----

--- beneficiação das Piscinas de Azambuja;-----

--- construção do Centro Escolar de Vale do Paraíso;-----

--- modernização administrativa dos serviços da Câmara Municipal;-----

--- saneamento básico no Concelho. -----

--- Interveio o Sr. Vereador Silvino Lúcio dando conhecimento do resultado das reuniões com a administração da AdO – Águas do Oeste, tendo em conta a resolução do litígio com a Câmara. Sobre o Património de águas e saneamento, o processo foi finalizado, pelo que irá facultar toda a documentação, assim que estiver disponível. Encontra-se pendente um conjunto de intervenções realizadas pela Câmara. Está em fase final de acordo, para que se assegure o tratamento de águas residuais em Vila Nova de São Pedro e Manique do Intendente.-----

--- O Sr. Vice-presidente informou terem existido contactos para a realização dos censos no Município de Azambuja, que decorrerão de 7 a 20 de Março. Informou ainda que a ADSE do pessoal não docente das escolas, será suportada pelo Ministério da Educação.-----

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes solicitando que toda a documentação com os dados apresentados sobre as Candidaturas a Fundos Comunitários seja entregue com indicação do investimento per capita por freguesia.-----

--- O Sr. Vice-presidente fez um breve intervalo.-----

--- **APROVAÇÃO DE ACTAS**-----

--- Não houve-----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – “Aquisição de Serviços na Área dos Seguros” – Concurso Público promovido pela CIMLT – Adjudicação – Proposta Nº 06 / P / 2011-----

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- o teor da Proposta Nº 25 / P / 2010 em anexo;-----

--- que a Proposta Nº 25 / P / 2010 foi autorizada pela Assembleia Municipal em 20 de Maio de 2010;-----

--- que foi lançado concurso público para “Aquisição de Serviços na Área dos Seguros” pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT);-----

--- o relatório final de análise das propostas em anexo.-----

--- Proponho:-----

--- que a Câmara delibere aprovar a adjudicação do Concurso Público “Aquisição de Serviços na Área dos Seguros” à empresa Açoreana, assumindo este Município a responsabilidade pelo valor dos seguros que lhe dizem respeito e que vai contratar, que correspondem ao montante de 422.261,28€, pelo prazo de 36 meses.”-----

--- A Proposta n.º 06 / P / 2011 foi retirada.-----

Ponto 2 – “Execução do Centro Escolar de Vila Nova da Rainha” (E80/10) – Minuta de Contrato – Proposta Nº 01 / VP / 2011-----

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- o Executivo aprovou a submissão da candidatura da candidatura “Centro escolar de Vila Nova da Rainha”, no âmbito do Regulamento Específico “Requalificação da Rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar” do Programa Operacional 2007/ 2013, bem como o Projecto de Execução da referida Candidatura (Proposta Nº 18 / V-AMF / 2010);-----

--- o Executivo aprovou a adjudicação da empreitada à empresa Nogueira & Matias, Lda., pelo valor de 979.757,26€ (novecentos e setenta e nove mil setecentos e cinquenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor (Proposta Nº 43 / VP / 2010);-----

--- a empresa Nogueira & Matias, Lda., apresentou garantia bancária nº 72005843910, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte, CRL, no valor de 48.987,86€, igual a 5% do valor da adjudicação.-----

--- Proponho:-----

--- que a Câmara delibere aprovar a minuta do contrato da empreitada “E80/10 – Execução do Centro Escolar de Vila Nova da Rainha”, de acordo com o nº 1 do artigo 98º do CCP, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/ 2008, de 29 de Janeiro.”-----

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a aprovação da minuta de contrato a celebrar com a empresa Nogueira & Matias para a execução da empreitada do Centro Escolar de Vila Nova da Rainha (E80/10).-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 01 / VP / 2011 aprovada por unanimidade.-----

Ponto 3 – Financiamento de Projectos no âmbito do QREN – Minuta de Contrato:-----

3.1. Projecto de Regeneração Urbana de Azambuja – Proposta Nº 01 / P / 2011 -----

- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----
--- *“Considerando a Proposta Nº 99 / P / 2010, aprovada pelo Executivo em 10 de Dezembro de 2010, relativa à contratação de financiamento complementar para a Candidatura apresentada pela Câmara ao Eixo 2 – Desenvolvimento urbano, Regulamento Específico: Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana – “Projecto Integrado de Regeneração Urbana da Azambuja”.*-----
--- *Proponho a aprovação das cláusulas contratuais patentes na minuta em anexo do contrato de abertura de crédito.”*-----
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que todas as propostas incluídas no Ponto 3 dizem respeito à aprovação das cláusulas contratuais patentes na minuta em anexo a cada uma das propostas. A Proposta nº 01 / P / 2011 visa a aprovação da minuta de contrato do projecto de Regeneração Urbana da Azambuja.-----
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes referiu não ter encontrado em nenhuma das minutas de contrato de empréstimo, qualquer referência à possibilidade de amortização antecipada do capital emprestado. Há entidades bancárias que quando emprestam determinados montantes e depois verifica-se o pagamento antecipado, cobram uma taxa que nunca compensa a antecipação de pagamento. Estranha que a situação não se encontre previstas e teme que a Câmara, pelos próximos 22 anos, fique inibida ou possa ter algum encargo, no caso de pretende fazer uma amortização antecipada.-----
--- Considera que seria importante que cada proposta de pedido de empréstimo fosse acompanhada por um mapa, com a respectiva evolução ao longo dos 20 anos, com referência aos pagamentos a título de capital e a título de juros, pois a Proposta nº 5 / P / 2011 – Plano Tecnológico para o Ensino Básico, no montante de 13.455€, pagará perto de 8.000€ só de juros.
--- O Sr. Vereador José Gabirro questionou os valores de comparticipação de cada uma das propostas, pois 80% são comparticipados por Fundos Comunitários e 5% são garantias bancárias. Se é pela parte suportada pela Câmara (15%) que se tem que recorrer a empréstimos bancários.-----
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes questionou se a Câmara Municipal de Azambuja já não tem capacidade financeira para pagar de imediato 29.733€ (Proposta nº 4 / P / 2011) e 13.455€ (Proposta nº 5 / P / 2011). Se a Câmara pagar o total, põe em causa, por exemplo o pagamento atempado dos vencimentos dos funcionários municipais. Pretende saber qual a questão de fundo que leva a Câmara a fazer os dois empréstimos já referidos.-----
--- Interveio a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Irene Lameiro prestando os esclarecimentos pretendidos.-----
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes propôs que as Propostas nº 4 e 5 / P / 2011 sejam retiradas, para que a Câmara possa apurar os juros que vão ser pagos, ao longo de 20 anos e que se estude a possibilidade de serem pagos a pronto, pois perfazem apenas, o total de 40.000€.-----
--- O Sr. Vice-presidente afirmou que não irá retirar as propostas. Afirmou que a Câmara tem capacidade financeira para suportar o valor em causa, facto que é claramente do conhecimento do Sr. Presidente, que mesmo assim decidiu apresentar as propostas.-----
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº 01 / P / 2011 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupos PS e CDU) e uma abstenção (Coligação).-----

3.2. Centro Escolar de Vila Nova da Rainha – Proposta Nº 02 / P / 2011-----

- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando a Proposta Nº 96 / P / 2010, aprovada pelo Executivo em 10 de Dezembro de 2010, relativa à contratação de financiamento complementar para a Candidatura apresentada pela Câmara ao Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial, Regulamento Específico: Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar – “Centro Escolar de Vila Nova da Rainha”.

--- Proponho a aprovação das cláusulas contratuais patentes na minuta em anexo do contrato de abertura de crédito.”

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 02 / P / 2011 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupos PS e CDU) e uma abstenção (Coligação).

3.3. Centro Escolar de Aveiras de Cima – Proposta Nº 03 / P / 2011

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:

--- “Considerando a Proposta Nº 95 / P / 2010, aprovada pelo Executivo em 10 de Dezembro de 2010, relativa à contratação de financiamento complementar para a Candidatura apresentada pela Câmara ao Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial, Regulamento Específico: Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar – “Centro Escolar de Aveiras de Cima”.

--- Proponho a aprovação das cláusulas contratuais patentes na minuta em anexo do contrato de abertura de crédito.”

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 03 / P / 2011 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupos PS e CDU) e uma abstenção (Coligação).

3.4. Construção e Beneficiação de Troços da Rede Municipal – Reabilitação da Estrada Manique do Intendente/ Moita do Lobo – Proposta Nº 04 / P / 2011

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:

--- “Considerando a Proposta Nº 97 / P / 2010, aprovada pelo Executivo em 10 de Dezembro de 2010, relativa à contratação de financiamento complementar para a Candidatura apresentada pela Câmara ao Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial, Regulamento Específico: Mobilidade Territorial – Redes Nacionais, Regionais e Locais – “Construção e Beneficiação de Troços da Rede Municipal – Reabilitação da Estrada Manique do Intendente – Moita do Lobo”.

--- Proponho a aprovação das cláusulas contratuais patentes na minuta em anexo do contrato de abertura de crédito.”

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 04 / P / 2011 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupos PS e CDU) e um voto contra (Coligação).

3.5. Plano Tecnológico para o Ensino Básico – Proposta Nº 05 / P / 2011

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:

--- “Considerando a Proposta Nº 98 / P / 2010, aprovada pelo Executivo em 10 de Dezembro de 2010, relativa à contratação de financiamento complementar para a Candidatura apresentada pela Câmara ao Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, Regulamento Específico: Economia Digital e Sociedade do Conhecimento – “Plano Tecnológico para o Ensino Básico”.

--- Proponho a aprovação das cláusulas contratuais patentes na minuta em anexo do contrato de abertura de crédito.”

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 05 / P / 2011 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupos PS e CDU) e um voto contra (Coligação).

Ponto 4 – Constituição de Fundos de Maneio – Proposta Nº 10 / P / 2011

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve:

--- “Considerando:-----

--- que o Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações (POCAL) permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos de Maneio visando proceder a aquisições urgentes e inadiáveis; -----

--- o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos de Maneio, no POCAL e no Regulamento de Constituição e Regularização dos Fundos de Maneio aprovado, em 03/05/05, pelo Executivo Camarário e alterado em 04/02/06.-----

--- o levantamento da execução do Fundo de Maneio 2010 (até ao 3º trimestre), em anexo.-----

--- Proponho a constituição de Fundos de Maneio a afectar às seguintes rubricas de classificação orçamental: -----

--- Fundos de Maneio (trimestre) – 2001 -----

Cód. Orç.		0102	02	03	04	05	Total
02	Aquisição de Bens e Serviços						
01	Aquisição de bens:						
01	Matérias-primas e subsidiárias			150		100	250
04	Limpeza e higiene				25		25
05	Alimentação – refeições confeccionadas	250		300	50		600
06	Alimentação – géneros para confeccionar			100			100
07	Vestuário e artigos pessoais					25	25
08	Material de escritório	60	100	100	100	100	460
10	Produtos vendidos em farmácias			10			10
14	Outro material – peças					50	50
15	Prémios, condecorações e ofertas			100			100
17	Ferramentas e utensílios		30			50	80
18	Livros e documentação técnica		25		25		50
21	Outros bens	150	200	375	25	250	1000
02	Aquisição de serviços:						
03	Conservação de bens		50	60		75	185
10	Transportes		50	50	15		115
13	Deslocações e estadas			75			75
16	Seminários, exposições e similares			35	50		85
17	Publicidade						
19	Assistência técnica		250	200			450
20	Outros trabalhos especializados			100	100	100	300
21	Utilização Infra-estruturas de transportes		25				25
25	Outros serviços	50	300	150		50	550
	Total	510	1030	1805	440	800	4585

--- A reconstituição e a reposição serão realizadas de acordo com o Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio.-----

--- A indicação do responsável pela gestão dos Fundos de Maneio caberá ao dirigente do serviço.”-----

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a criação de Fundos de Maneio para os diversos Departamentos Municipais.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 10 / P / 2011 aprovada por unanimidade. -----

Ponto 5 – Constituição de Fundos de Caixa – Proposta N.º 07 / P / 2011 -----

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- que o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações (POCAL) permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos Fixos de Caixa visando exclusivamente facilitar trocos a serviços responsáveis por cobrança em locais distintos da Tesouraria;-----

--- o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos Fixos de Caixa, no POCAL e no Regulamento de Constituição e Reposição de Fundos Fixos de Caixa aprovado em reunião da Câmara Municipal de 22 de Janeiro de 2007.-----

--- Proponho a constituição dos seguintes Fundos Fixos de Caixa:-----

Unidade Orgânica	Serviço	Valor (€)
DAF	UAP – Azambuja	300
	UAP – Aveiras de Cima	100
DISC	Complexo Desportivo Municipal	
	Piscinas de Azambuja	50
	Estádio	50
	Pavilhão Municipal	50
DPD	Turismo	50
	Total	600

--- A reposição será realizada de acordo com o Regulamento respectivo.-----

--- A indicação dos responsáveis pela gestão dos Fundos Fixos de Caixa caberá aos dirigentes dos serviços.”-----

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a constituição de Fundos Fixos de Caixa que visam exclusivamente facilitar trocos aos serviços responsáveis por cobranças.----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 07 / P / 2011 aprovada por unanimidade.-----

Ponto 6 – EMIA – Documentos Previsionais 2011/ 2015 – Proposta Nº 08 / P / 2011-----

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- que o Município de Azambuja é o accionista único da Empresa Municipal de Infra-estruturas de Azambuja, EM (EMIA);-----

--- que os direitos dos titulares do capital social destas empresas são exercidos através da Câmara Municipal, de acordo com o art. 15º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local);-----

--- que, nos termos dos Estatutos da EMIA e do Regime Jurídico acima citado, a EMIA elaborará anualmente um conjunto de instrumentos de gestão previsionais, os quais foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de Dezembro de 2010.-----

--- Proponho à Câmara:-----

--- a aprovação dos Documentos de Gestão Previsionais 2011-2015 anexos a esta proposta.”---

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta tem que ver com os documentos de gestão previsionais da EMIA, onde são demonstradas as orientações estratégicas e as demonstrações financeiras previsionais.-----

--- Informou que as obras a decorrer em 2011 são: a conclusão do Centro Escolar de Azambuja, Parque urbano da Milhariça, requalificação da Praça de Toiros e reparação do Pavilhão

Municipal. Prevê-se ainda a continuação da prestação de serviços nas Actividades de Enriquecimento Curricular. -----

--- Informou estarem presentes os Srs. Eng. Francisco Farinha e Dr. Ricardo Portela para prestarem qualquer esclarecimentos que os Srs. Vereadores entendam como necessários.-----

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes, que em relação ao Plano de Actividades, leu dos pontos que considera importantes, a propósito das Obras, “(...) *uma intervenção de reparação do Pavilhão Municipal, como primeiro passo de intervenção nas estruturas desportivas municipais, que se poderá generalizar à gestão dos referidos equipamentos.*”, a propósito da Prestação de Serviços “(...) *está em condições de desenvolver outras tarefas do tipo, nomeadamente na manutenção e gestão dos equipamentos Desportivos do Município.*” Pretende saber em que moldes está a ser prevista a intervenção da EMIA na gestão dos equipamentos desportivos e se está prevista a concessão de pagamentos a efectuar pela Câmara, para a gestão dos referidos equipamentos. -----

--- Questionou as obras inseridas no presente parágrafo: “(...) *Também se tal se mostrar do interesse do Município de Azambuja, a EMIA poderá desenvolver algumas obras candidatáveis a Fundos Comunitários.*”-----

--- Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, pretende confirmação de que a intervenção na Praça de Touros de Azambuja terá início em Março e terminará em Novembro de 2011 (270 dias). -----

--- Sobre as Demonstrações de Resultados Previsionais, questionou o que se entende por: “Subsídios à Exploração” (791.743€) e “Imputação de Subsídios para Investimentos (102.105€). No Balanço Previsional, “Outras Contas a Pagar” (238.628€).-----

--- Em relação do Parecer dos Revisores Oficiais de Contas, questionou “8. (...) *chamamos a atenção para o facto de a empresa não ter elaborado a totalidade dos documentos previsionais (...) designadamente o Orçamento anual de Tesouraria.*”-----

--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro afirmando não entender como é que uma empresa que faz tudo funciona praticamente sem funcionários. Questionou se os serviços da Câmara não terão mais capacidade para desenvolver este tipo de trabalho. -----

--- Sobre o Parecer dos Revisores Oficiais de Contas, questionou os seguintes pontos: “6. *Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela empresa*”; “7. *Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem de forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente previstas*”. Entende que a Câmara deveria responsabilizar a EMIA, de modo a que todos os assuntos cumpram o legalmente exigido. -----

--- Os Srs. Eng. Francisco Farinha e Dr. Ricardo Portela responderam a todas as questões colocados pelos Srs. Vereadores, tendo confirmado as datas constantes do Relatório.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 08 / P / 2011 aprovada por maioria, com cinco votos a favor (Grupo PS) e dois votos contra (Coligação e Grupo CDU).-----

Ponto 7 – EMIA – Minuta de Protocolo – Proposta Nº 09 / P / 2011-----

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve:-----

--- “**Considerando:**-----

--- o Contrato-programa celebrado entre o Município de Azambuja e a Empresa Municipal de Infra-estruturas de Azambuja (EMIA);-----

--- a necessidade de se clarificarem as relações entre o Município e a EMIA no âmbito das responsabilidades pela manutenção das obras desenvolvidas pela EMIA após serem postas à disposição do Município;-----

--- as razões constantes dos considerandos da Minuta de Protocolo em anexo.-----

--- Proponho à Câmara:-----

--- a aprovação do protocolo em anexo, a celebrar entre o Município de Azambuja e a Empresa Municipal de Infra-estruturas de Azambuja, destinado a regular as relações entre as partes relativamente às obras, equipamentos e infra-estruturas municipais cuja execução seja atribuída à EMIA.”-----

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a celebração de Protocolo com a EMIA, de modo a definir as regras gerais de articulação e relacionamento, no que diz respeito à execução e conclusão de obras municipais decorrentes do exercício das atribuições e competências estatutariamente atribuídas à EMIA.-----

--- O Sr. Vereador José Gabirro questionou o seguinte ponto da cláusula segunda, “2. (...) sendo responsável pela coordenação e fiscalização das obras.”, entende que a fiscalização das obras tem que ficar a cargo de uma entidade legalmente habilitada. Tem conhecimento que a EMIA tem por norma contratar empresas, pelo que não entende que a EMIA se substitua à Câmara, uma vez que existe um Gabinete de Fiscalização. Questionou qual a competência legal das empresas contratadas para efectuarem a fiscalização técnica das obras.-----

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes questionou se, onde refere “fiscalização das obras”, quer dizer na prática “acompanhamento técnico das obras”. Entende que, a redacção do Protocolo deve ser alterada, pois no Município, a única entidade com poderes legais de fiscalização é a Câmara Municipal.-----

--- Questionou o seguinte ponto da cláusula segunda, “5. Todos os custos e despesas que a EMIA tenha que suportar por causa da execução de obras que alterem o montante inicial previsto, carecem de autorização municipal prévia, salvo as que já se encontrem cobertas por deliberações municipais anteriores ou em contratos programas celebrados com o Município.”-----

--- O Sr. Eng. Francisco Farinha respondeu às questões colocadas pelos Srs. Vereadores.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 09 / P / 2011 aprovada por maioria, com cinco votos a favor (Grupo PS), uma abstenção (Coligação) e um voto contra (Grupo CDU).-----

--- **Proposta Nº 02 / VP / 2011**-----

--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve:-----

--- “Considerando que na sua reunião de 7/12/2010, a Câmara Municipal de Azambuja aprovou a Proposta Nº 94 / P / 2010 e que se verifica agora que a mesma padece se uma incorrecção.-----

--- Proponho que o ponto 1 da mencionada Proposta seja rectificado, pelo que, onde se lê “... grau de complexidade funcional 2”, deve ler-se “grau de complexidade funcional 1”.-----

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a alteração à Proposta nº 94 / P / 2010, passando a ter a seguinte redacção: “grau de complexidade funcional 1”.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 02 / VP / 2011 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupos PS e CDU) e uma abstenção (Coligação).-----

--- **Ponto 8 – Informações**-----

--- **8.1. Informação N.º 17 / P / 2010**-----

--- “Assunto: Modificação ao orçamento-----

--- Considerando o teor da Proposta n.º 5-A / P / 2009 que delega no Presidente da Câmara competência para a elaboração de Alterações ao Plano de Actividades Municipais, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento e, nos termos do nº 3, do art. 65º, do Decreto-lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas, informo a Câmara sobre a realização das seguintes modificações orçamentais, datadas de 29 de Dezembro, que se anexam:-----

--- 16ª Alteração ao Orçamento da Despesa -----

--- 16ª Alteração ao Plano de Actividades-----

--- 15ª Alteração ao Plano de Investimentos.”-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

8.2. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Aprovisionamento ----

--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor \geq 25.000 Euros – Período: 16/12 a 29/12/2010-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

8.3. Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Contabilidade-----

--- Resumo da Execução Orçamental – Período: 2 de Janeiro a 29 de Dezembro de 2010-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

8.4. Departamento de Urbanismo – Despachos do Mês de Dezembro -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **Encerramento**-----

--- Eram dezassete horas e trinta e cinco minutos quando o Sr. Vice-presidente deu por encerrada a reunião.-----

--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----